
UM ESTUDO SOBRE A LUTA DOS TRABALHADORES DAS EMPRESAS RECUPERADAS DO BRASIL E ARGENTINA

Maria Alejandra Paulucci*

1 INTRODUÇÃO

As transformações no mundo do trabalho causadas principalmente, a partir da década de 1990, pela intensidade das medidas de corte neoliberal implementadas pelos governos de vários países de América Latina, trazem como consequência o fato de que uma enorme proporção da classe trabalhadora seja deslocada das relações salariais tradicionais, e forçada, dessa forma, a criar alternativas para obter uma fonte de renda.

Neste contexto, surgem na década dos anos 1990 em Brasil e Argentina, as primeiras experiências de empresas recuperadas pelos trabalhadores (ERTs), convertendo-se em uma forma de resistência da classe trabalhadora diante ao desemprego e um processo de luta pelo reconhecimento aos direitos não reconhecidos pelos capitalistas. Inseridas no contexto econômico capitalista e submetidas ao jogo político do estado burguês, os trabalhadores destas experiências são levados a enfrentar as normas e as leis estabelecidas, para levar adiante o processo de recuperação e poder dar continuidade à produção.

O fenômeno das ERTs insere-se, assim, em um processo global de luta, no qual os trabalhadores devem se associar para agir coletivamente através de uma proposta exploratória de modalidade de gestão autogestionária, em contraposição aos valores hegemônicos individualistas do capitalismo.

Por isso, perante o desafio de administrar as unidades produtivas, os trabalhadores buscam apoios e estabelecem alianças e parcerias com outros atores sociais, tais como dirigentes políticos e sindicais, pesquisadores, e até pessoas da sociedade civil. Dessa

*Doutora em sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: pauluccimariaalejandra@gmail.com

forma, se organizam a fim de fundar novas organizações e movimentos para constituir novas forças sociais e políticas em busca de legitimidade.

Em virtude disso, nos últimos anos foram aumentando gradualmente o número de instituições e programas de apoio e fomento às ERTs em Brasil e Argentina. No entanto, apesar de vivenciarem processos econômicos similares (implementação de políticas neoliberais nos anos 1990, precarização das condições laborais, aumento do desemprego, fechamento de pequenas e médias empresas) em cada um dos países, as ERTs se apresentam de uma maneira particular, condicionada por seu próprio contexto cultural, político, econômico e social. Diante dos diversos contextos, os trabalhadores, os dirigentes políticos e os movimentos sociais adotam diferentes ferramentas com a finalidade de dar continuidade aos empreendimentos.

Percebemos que apesar do fenômeno das ERTs ter surgido na década de 1990, ainda não se apresenta como um processo acabado ou fechado. Muito pelo contrário, está em permanente definição e redefinição, pois estas são experiências dinâmicas que estão em disputas constantemente. Porém, o nosso objeto de pesquisa, em termos teóricos e metodológicos, está definido como processo, ou seja, ao ritmo das circunstâncias que podem ser registradas e analisadas na medida em que vão ocorrendo. O fato de pesquisar processos em curso traz alguns problemas de captação e registro, e também de conceitualização, devido principalmente, no que tange à análise das condições sociais e suas potencialidades. Ou seja, estamos pretendendo simultaneamente, conhecer o que realmente existe e ao mesmo tempo, estabelecer as condições possíveis.

Por sua vez, a definição do processo impõe uma perspectiva compreensiva, que considera que seus insumos não são dados objetivos, acessíveis pela simples observação, senão que, segundo Habermas, o processo requer uma participação em um processo de entendimento e desentranhamento de significados. (HABERMAS, 1988).

Diante do exposto, o artigo centra-se em abordar as características do movimento de ERTs do Brasil e da Argentina. Para isso, tomamos como referência os dados coletados durante minha pesquisa de doutorado, obtidos mediante: entrevistas semi-estruturadas com alguns dos trabalhadores das ERTs e informantes chaves, visita dos

empreendimentos, e a participação de algumas assembleias e encontros internacionais das ERTs.¹

Alem disso, realizei entre 2011 -2013, junto com outros colegas de diversas universidades de Brasil ² e diferentes aéreas de conhecimento (engenharia, sociologia, administração) o levantamento de todas as ERTs no Brasil. A proposta foi visitar as ERTs, com o intuito de conhecer as unidades produtivas e aplicar um questionário aos trabalhadores, baseado no modelo original utilizado nos sucessivos levantamentos realizados na Argentina (RUGGERI et al., 2005, RUGGERI et al., 2011). No questionário, se abordavam diferentes questões, tais como: o início dos processos de recuperação, organização do trabalho, aspectos legais, sobre a produção, relação com o sindicato, movimentos sociais, estado, comunidade e universidade.³

Para analisar a emergência atual do movimento de ERTs, é necessário, em primeiro lugar, reconstruir as condições históricas que fizeram possíveis estas práticas, ou seja, situar o horizonte onde adquirem significação. Assim, apresentaremos as principais características, contradições e pontos de inflexão do regime social de acumulação no Brasil e Argentina, que conseqüentemente, levaram aos processos de recuperações.

Em segundo lugar, o artigo centra-se na descrição da forma em que se estruturam as ERTs, sobre as diferentes estratégias e ações de enfrentamento adotadas pelos trabalhadores para conseguirem se apropriar dos meios de produção e da retomada dos postos de trabalho, assim como também, as organizações criadas para dar apoio aos empreendimentos e as estratégias adotadas pelos governos.

¹ Em 2006, o Encontro Pan-Americano em defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril, organizado nas instalações da ERT Cipla, em Joinville (SC) Brasil. Em 2005, o II Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas, Caracas, Venezuela. Em 2009, o II Encontro Internacional “A economia dos trabalhadores” na cidade de Buenos Aires; em 2011, o III Encontro Internacional na cidade de México e em 2013, o IV Encontro Internacional organizado nas instalações da Universidade Federal da Paraíba.

² UNICAMP, UFRJ, USP, UFOP, UNESP-Marília, UFVJM, UFPB.

³ Sobre todo o procedimento metodológicos da pesquisa e a totalidade dos dados ver: Henriques et al. 2013.

2 OS ATORES SOCIAIS E AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS ERTS.

Entendemos que o surgimento das ERTs não é resultado de um suposto "fim do trabalho" (CASTEL, 1995), nem a consequência de uma insuficiente acumulação capitalista e, sim, uma resposta a outras causas complexas que requerem uma análise exaustiva das dimensões econômicas, sociais e políticas de cada país em que surgem.

Convém salientar que, no fenômeno das recuperadas, os trabalhadores frente à falência ou ao processo pré-falimentar das empresas, decidem permanecer no lugar de trabalho. Dessa forma, o ato de dar início ao processo de recuperação tem o intuito de preservar os empregos, como uma saída alternativa para evitar o desemprego, a exclusão e a marginalidade.⁴

Sobre a base da revisão bibliográfica das experiências de ERTs, optamos por denominá-las empresas e não fábricas, visto que estas experiências não se limitam exclusivamente a espaços fabris, pois existem: clínicas, escolas, hotéis, supermercados, artes gráficas, etc.

Além disso, nos referimos ao conceito de recuperada e não ocupada, porque o conceito de recuperada inclui todo o processo de ocupação e a posterior recuperação para dar continuidade à produção, sendo assim um processo e não um mero acontecimento espontâneo. Coincidimos com Rugerri (2005) quando ele define as empresas recuperadas,

Como un proceso social y económico que presupone la existencia de una empresa anterior, que funcionaba bajo el modelo de una empresa capitalista tradicional, cuyo proceso de quiebra, vaciamiento o inviabilidad llevó a sus trabajadores a una lucha por su funcionamiento bajo formas autogestionarias. (p.23).

⁴ Quando as empresas fecham ou quebram torna-se extremamente difícil para os trabalhadores inserir-se novamente no mercado de trabalho. Entre os fatores que contribuem para que isto aconteça destaca-se que a maioria desses trabalhadores são pessoas de idade avançada e a falta de empregos disponíveis. Ver: Rebón, 2004.

Segundo Ruggeri (2005) no desenvolvimento e no exercício das ERTs, surgem práticas de inovação social que, sem pensar em mudanças tecnológicas ou de organização da produção, conseguem esboçar estruturas empresariais com padrões diferentes ao modelo empresarial capitalista. A essas rupturas do conceito de empresa o autor chama “inovações sociais”.

Estas inovações sociais vão além do fato da gestão coletiva, trata-se principalmente da abertura social da empresa, da socialização do segredo empresário, da constituição de redes solidárias. Ou seja, o conceito de inovação compreende as estratégias e métodos adotados pelos trabalhadores para originar empresas de um novo tipo, em um complexo processo destinado a promover unidades produtivas fora dos caminhos pautados pela organização econômica capitalista. Em outras palavras, os trabalhadores:

Deben romper para ello la lógica empresaria del capitalismo. A esas rupturas del concepto de empresa las llamamos innovaciones sociales. No son, no suelen ser, innovaciones tecnológicas, sino mecanismos sociales diferentes en el funcionamiento de una empresa que sigue operando en el contexto del mercado. (RUGGERI, 2005, p.6).

A análise das ERTs pode ser dividida principalmente em dois momentos: 1- primeiro momento, quando os trabalhadores adotam uma atitude defensiva com o principal objetivo de preservar seus empregos. É necessário lembrar que o fato de recuperar as empresas não nasce com o componente utópico de transformar a realidade social, senão, como foi mencionado acima, da simples defesa por parte dos trabalhadores de sua fonte laboral como meio de sobrevivência. 2- o segundo momento inicia quando o processo de recuperação converte-se em um ato que envolve uma nova proposta de ação coletiva e movimento social com inovações sociais e novas instituições em um contexto adverso.

3 AS ERTS EM BRASIL

No Brasil, o surgimento das empresas recuperadas está intimamente ligado às medidas econômicas de abertura financeira e comercial iniciadas durante o governo de

Fernando Collor de Melo (1990-1992) e aprofundadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). As medidas de ajuste econômico adotadas por ambos os governos foram acompanhadas da incorporação tecnológica e da implementação de formas de gestão, flexibilização, terceirização, subcontratações, modificando, dessa forma, tanto o sistema econômico-financeiro quanto a organização político-social do país.

Um dos resultados desse conjunto de medidas foi o aumento na quantidade de empresas que entraram em crise, muitas fecharam ou foram absorvidas por empresas multinacionais, o que, por sua vez, trouxe como principal consequência o aumento dos índices de desemprego no país. (POCHMAN, 1998)

As empresas pioneiras de ERTs no Brasil se apresentam na década de 1980 como casos isolados, pois não havia naquela época muitos apoios para suas viabilizações, havendo mais resistência do que ajuda dos movimentos sociais, dos sindicatos e do governo. Podemos mencionar entre as primeiras experiências: a COMTERN (Cooperativa Mista dos Têxteis do Rio Grande do Norte, 1982), no Rio Grande do Norte; a COOPERMINAS (Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores de Criciúma, 1988), em Santa Catarina; CALÇADOS MAKERLY (1991) localizada na cidade de Franca, em São Paulo.⁵ Posteriormente, durante os anos 1990 e início dos anos 2000, houve um aumento e concentração na quantidade de ERTS em diferentes regiões do Brasil.⁶

Convém salientar, que as ERTs nascem simultaneamente, com o ressurgimento Economia Solidária (ES) na década de 1980, e toma impulso crescente durante a segunda metade de 1990. Conforme Paul Singer ⁷ (2003) a unidade produtiva da ES materializa-se, principalmente pela cooperativa de produção, que pode coexistir no modo de produção capitalista, porque a ES é definida da seguinte forma:

⁵ Para mais informação sobre as experiências ver: Sardá de Faria, 1997.

⁶ Conforme os dados recoletados em 47% dos casos iniciou-se o processo de recuperação na década dos 90 e em 43% depois de 2000.(HENRIQUES, et al, 2013)

⁷ Uma das principais figuras representativas relacionadas ao ressurgimento da Economia Solidária no Brasil, professor sociólogo e economista. A partir de junho de 2003, Singer foi denominado titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente. (...) O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação, repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperados. A cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado. (SINGER, 2003, p.13).

Entre os anos 2011-2013, com a realização do levantamento nacional identificamos a existência de 67 ERTs, no entanto só foi possível visitar e entrevistar os trabalhadores de 52 delas.⁸ Também encontramos outros 78 casos de empresas que foram recuperadas pelos trabalhadores, mas já não operam mais sob o regime de autogestão.⁹ Os empreendimentos tem um total de 11.704 trabalhadores (6054 trabalhadores sócios e 5650 contratados). O perfil produtivo das ERTs é majoritariamente fabril: 30 casos (44,7%), ou seja, quase a metade, forma parte do ramo metalúrgico. A atividade têxtil é o segundo ramo mais frequente, compreendendo 11 empresas (16,4%). Em seguida, destacam-se 9 empresas (13,4%) no ramo alimentício e 7 (10,4%) que atuam na indústria química e de plástico. Por fim, as empresas restantes estão distribuídas em uma diversidade maior de ramos de atividades, incluindo: hotelaria, sucroalcooleiro, educação, cerâmica, papel, calçados, mineração e moveleiro. (HENRIQUE et al. 2013)

Observando por região do país, verificamos que a maioria das ERTs está concentrada nas regiões: Sudeste (55%) e Sul (32%), sendo as mais industrializadas. Também foram

⁸ Das 15 empresas não visitadas conseguimos algumas respostas via comunicação telefônica.

⁹ Algumas delas foram vendidas para outros donos e voltaram a funcionar da maneira tradicional, outras simplesmente voltaram a falir e fecharam suas portas. (HENRIQUES et al, 2013)

localizadas ERTs nas demais regiões (com exceção da região Centro-Oeste onde não foram encontrados casos), Nordeste (10%) e Norte (3%).

O principal motivo que leva os trabalhadores a recuperar a empresa refere-se à falta de pagamento de salários e dos direitos trabalhistas dos funcionários (43%), a demissão do pessoal (23%), a falência da empresa (15%), o processo de esvaziamento (15%) e outras causas (4%). (HENRIQUES, et al. 2013).

Na maioria dos casos, os únicos que empreendem o caminho da recuperação das empresas são os operários do “chão de fábrica”, ou seja, aqueles que possuem vários anos de experiência dentro da empresa e conhecem detalhadamente o processo produtivo e a organização do trabalho (os demais níveis hierárquicos geralmente não se envolvem no processo de recuperação). (HENRIQUES, 2013; SARDÁ DE FARIA, 2011).

A maioria das iniciativas de ERTs (85%), logo após a recuperação das empresas, foi no sentido de formar uma cooperativas, pois, atualmente é a saída judicial com maior facilidade para dar continuidade à empresa anterior.

A passagem da administração realizada pelos empresários para “as mãos” dos trabalhadores não ocorre de um dia para outro. Em geral, se desenvolve um longo processo de intensas negociações entre os proprietários das empresas, os trabalhadores, representantes do governo e os dirigentes sindicais.

Em alguns casos, já com a empresa recuperada, os antigos donos continuam reclamando o direito de posse da empresa, o que resulta em mais um problema a ser enfrentado pelos trabalhadores. Devido à indefinição legal, não é raro no cotidiano da empresa recuperada a convivência com a presença de forças policiais na porta: ora é um antigo dono que se apóia na polícia para entrar na fábrica; ora é um credor que também se apóia nas forças policiais e jurídicas para retirar as máquinas. Em todas estas situações, o confronto é inevitável e nem sempre a negociação é suficiente (NOVAES E SARDÁ DE FARIA, 2011; RUGGERI, 2011).

Entretanto, frente às recuperações das empresas, os sindicatos não tiveram uma única forma de agir. Alguns tentaram mediar os conflitos, outros refutaram a ocupação ou

atuaram favoravelmente outorgando apoio. Em algumas experiências, depois de formada a cooperativa, o sindicato ocupou um rol essencial: ofereceu assessoria, apoio e acompanhou aos trabalhadores durante todo o processo de recuperação, participou em todas as assembleias, ajudando e tomando decisões junto aos trabalhadores. Alguns dirigentes sindicais até adquiriram funções específicas dentro das cooperativas, e, em alguns casos, se converteram em associados da cooperativa.

Houve casos nos quais o sindicato só ofereceu apoio no início do processo de recuperação e logo mudou sua resposta inicial, assim como também houve experiências nas quais o sindicato, desde o início da recuperação, se manteve totalmente afastado de todo o processo, sem prestar qualquer tipo de apoio aos trabalhadores. Aliás, inclusive, até se colocando a favor dos empresários. (HENRIQUES et al. 2013).

Nessa conjuntura, do surgimento das ERTs no Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) vive um momento de ascensão, e em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), ex-operário metalúrgico e líder sindical do PT é eleito presidente da República por dois mandatos consecutivos. Durante o seu primeiro mandato de governo, o presidente institui como política pública, o incentivo à formação de cooperativas de produção e de consumo, aderindo à proposta alternativa da ES.

As instituições criadas desde o governo com a finalidade de aplicar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do cooperativismo e da ES são: 1- SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), vinculada ao Ministério de Trabalho e Emprego do Governo (MTE), 2- ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares),

1- A SENAES¹⁰ foi constituída em junho de 2003 como resultado da proposta apresentada ao presidente pelo movimento da sociedade civil, organizado em torno do Grupo de Trabalho (GT) da ES. O objetivo da SENAES é difundir e fomentar a ES em todo Brasil, dando apoio material e político às iniciativas do Fórum Brasileiro de ES, à

¹⁰ Criada pela lei Nº 10.883 o dia 28 de maio de 2003 e instituída por decreto Nº 4764 .Ver: www.portal.mte.gov.br/ecosolidaria/

rede de gestores municipais e estaduais de ES, assim como a outras associações de empreendimentos solidários do país.

Desde seus inícios, ela vem desenvolvendo ações de estruturação interna, de interlocução com a sociedade civil, com os diversos setores do próprio MTE e com outros órgãos governamentais, através de políticas de fomento e estímulo às atividades econômicas orientadas e organizadas pela autogestão.

A SENAES empreende cursos de formação para servidores públicos das esferas municipal, estadual e federal, que desempenham atividades na função pública relacionadas à ES, e fornece apoio material para a comercialização de produtos produzidos nos empreendimentos solidários organizados em feiras locais, regionais e estaduais.

Na execução dessas ações a SENAES estabeleceu parcerias com duas entidades nacionais que têm reconhecido trabalho com as ERTs: a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG) e União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL).

A ANTEAG constituiu-se oficialmente em maio de 1994 no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogestionárias, realizado na cidade de São Paulo, com apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Nesse encontro participaram os trabalhadores de diversas ERTs¹¹, assim como também alguns sindicalistas e intelectuais como Paul Singer e Herbert de Souza.

A ANTEAG nasceu com o fim de construir uma associação civil, sem fins lucrativos, que agrupasse associações e cooperativas de trabalhadores em empresas de autogestão, tendo como principal objetivo coordenar, reunir e assessorar os diversos empreendimentos. Assim sendo, constitui-se como um órgão de consultoria. A ANTEAG foi também uma das entidades fundadoras do Fórum Brasileiro de Economia

¹¹ Estavam presentes no encontro representantes de 11 empresas: Makerli Calçados (Franca/SP); Remington (Rio de Janeiro/RJ); Cobertores Parahyba (São José dos Campos/SP); Cerâmica Matarazzo (São Caetano/SP); CBCA (Criciúma/SC); Skillcoplast (Diadema/SP); Hidrophoenix (Sorocaba/SP), entre outras. (Sardá de Faria, 2005).

Solidária (FBES)¹² e integrante do Conselho Nacional de Economia Solidária. (HINTZE, 2010; SARDÁ DE FARIA, 2011).

Entre os principais objetivos da associação, podemos mencionar: discutir os princípios da autogestão, ajudar as empresas recuperadas a alcançarem a viabilidade econômico-financeira, apoiar os trabalhadores das empresas nos aspectos jurídicos e nas negociações necessárias com antigos fornecedores e clientes; capacitar dos trabalhadores na organização, planejamento e execução de metas voltadas à empresa enquanto unidade produtiva; estímulo à participação das empresas numa estratégia de desenvolvimento coletivo não só enquanto unidade produtiva, mas através de inter-relação com outras atividades econômicas e sociais como a participação em rede (de troca e/ ou de saber) e atividades inscritas nos fóruns de ES.

Atualmente a ANTEAG encontra-se em uma situação de profunda crise. Não dispõe de recursos financeiros, disponibilidade de pessoal e nem sede própria. A instituição não conta com recursos públicos, visto que o Governo Federal tem disponibilizado investimentos para o fomento do cooperativismo popular e não para projetos cujo foco seja a gestão das ERTs. (HENRIQUES, et al 2013).

A UNISOL inaugura-se no ano 2000 pela iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC¹³, a partir da experiência da ERT Conforja e do Sindicato dos Químicos de São Paulo. Segundo Marquez (2006), a formação da UNISOL foi um passo decisivo do sindicalismo em direção ao cooperativismo.

¹² O Fórum é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico do país. O FBES tem duas finalidades principais: 1. Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais; 2. Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases. O Fórum está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. Para mais informação ver: www.fbes.org.br; Hintze, 2010.

¹³ Durante a década de 90 era uma das regiões industriais mais importantes do Brasil no estado de São Paulo, destacando a importância do setor automobilístico. Essa região sofreu a partir dessa década um processo intenso de mudanças, entre as quais: “(...) fechamento de plantas industriais, deslocamento da produção para outras regiões do país, reestruturação da forma na qual se organiza a produção e o trabalho, enxugamento das grandes estruturas verticalizadas, redução da mão-de-obra, etc.” (Oda, 2001, p.13-14).

Em 2004 com o apoio da CUT e da ADS/CUT (Agência de Desenvolvimento Solidário) ¹⁴, foi criada a UNISOL Brasil, ampliando sua atuação tanto em termos geográficos como na quantidade de atividades organizadas por seus assessores. Note-se que o número de empreendimentos filiados passou de 24 em 2004 a 80 distribuídos pelos diversos estados do país (AM, PA, CE, PB, BA, MG, SP, PR, SC, e RS). Segundo os estatutos, a UNISOL Brasil consiste em uma:

Associação civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, de natureza democrática, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos reais interesses da classe trabalhadora, a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas, a eficiência econômica e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira, com base nos valores da democracia e da justiça social. (Artigo 2º, Estatuto da UNISOL, 2004).

2- Fora do âmbito governamental, são criadas pelas universidades as ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares). A primeira Incubadora Universitária foi fundada em 1998 no centro de pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/Coope). As ITCPs têm como principal objetivo vincular de forma interativa e dinâmica, as universidades e pesquisadores com os empreendimentos solidários, favorecendo a transferência de tecnologias e conhecimentos.

A partir da primeira experiência de ITCPs, a Fundação Banco do Brasil abriu um programa de financiamento para as cooperativas, e foi criado pelo governo federal, o PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas). Por meio deste recurso, novas incubadoras foram sendo criadas e formaram redes abrangendo, na atualidade, várias universidades distribuídas em diferentes regiões do país.

4 AS ERTS EM ARGENTINA

Na Argentina, a origem das ERTs se acentua e se torna visível em todo o país depois de dois dias intensos de estouro social, que aconteceram em 19 e 20 de dezembro de

¹⁴ Em 1999 a CUT cria, em âmbito nacional, a Agência de Desenvolvimento Solidário ADS/CUT que está em permanente diálogo com outras entidades da própria CUT.

2001.¹⁵ Nesta data, mulheres, homens e crianças de distintas classes sociais e diferentes faixas etárias decidiram sair de suas casas na cidade de Buenos Aires, com o objetivo de repudiar a declaração de Estado de sítio decretada pelo presidente Fernando De la Rúa (1999-2001). Além disso, a população saiu nas ruas para protestar pela situação econômica, social e política crítica¹⁶ que afetava todo o país, marcando um ponto de ebulição política.

De acordo com Sidney Tarrow (1997) e ciclo de protestos consiste em:

Una fase de intensificación de conflictos y de confrontación dentro del sistema social, que incluye una difusión rápida de la acción colectiva de los sectores mas movilizados a los menos movilizados, un ritmo de innovación acelerada de las formas de confrontación, cuadros nuevos o transformados por la acción colectiva, una combinación de participación organizada y no organizada, y secuencias de interacción intensificada entre los disidentes y las autoridades que pueden terminar en la reforma, la represión y, a veces, en una revolución. (p. 163-165)

Em todo este processo de ciclos de protestos, as ações coletivas adquirem a capacidade de transformar-se em movimento social a partir do momento em que se elabora uma estratégia política que orienta o protesto até o poder governamental. Segundo Tarrow (1997), os fatores estruturais conjunturais (tanto econômicos quanto políticos) são determinantes para o desenvolvimento do movimento.

Daí a importância de destacar que o processo de recuperação de empresas foi acompanhado pela formação de assembleias nos bairros, sociedades de troca¹⁷,

¹⁵ No entanto, podemos mencionar que as primeiras experiências de ERTs surgem a principio dos anos 90 de forma isolada de outros movimentos sociais, entre elas podemos mencionar: Frigoríficos Yaguare, IMPA. (Rebón, 2004).

¹⁶ Como no Brasil, a Argentina atravessou durante os anos 90, e principalmente durante o governo do presidente Carlos Saul Menem (1989-1999), um cambio de modelo econômico, mas já tinha começado durante o governo de fato (1976-1982). A partir da aplicação das medidas de ajustes econômicos recomendadas pelo “Consenso de Washington”, tais como: abertura comercial, privatizações, desmantelamento do aparato estatal. Como consequência, a taxa de desemprego foi elevada a mais de 20 % da população, sofrendo uma das piores recessões que a Argentina já teve na história. (Basualdo, 2001).

¹⁷ As sociedade ou clubes de troca surgiram em 1995. Na época, foram definidos por seus promotores como uma rede de economia alternativa à economia formal. As redes de troca se sustentavam nos valores de cooperação e de intercâmbio recíproco e solidário, porém significavam uma verdadeira contracultura perante o individualismo e a competição valorizada pelo neoliberalismo predominante durante os anos

organização de amplas mobilizações em todo o país e pelo surgimento de um novo grupo de resistência social: os *piqueteros*.¹⁸

Nessas circunstâncias, final de 2001, as ERTs se multiplicam rapidamente em todo o país. Segundo os dados do último levantamento de ERTs (2011) realizado pelo “Programa de Facultad Abierta”¹⁹ existem 205 casos, que incorporam um total de 9.362 trabalhadores. Tendo em vista os resultados dos levantamentos anteriores, realizados em 2002 e 2004, se percebe um considerável aumento de casos: em 2002 existiam 128 casos de ERTs e depois em 2004 foram registradas 161 ERTs com um total de 6900 trabalhadores. (RUGGERI, 2011).

A maior porcentagem de ERTs são Pymes (pequena e média empresa), em 75% dos casos funcionam com menos de 50 trabalhadores. São poucas as que têm mais de 50 e somente 2,35 % supera os 200 funcionários. (Ruggeri, 2011).

Igual ao Brasil, a maioria das ERTs na Argentina pertence ao ramo metalúrgico (23%), em segundo lugar, coloca-se a indústria alimentícia (12%), e em terceiro lugar, as gráficas (7,8%) e tanto a indústria têxtil quanto a da carne dividem a mesma porcentagem (6,34%). A seguir: construção, saúde, vidro, transporte, indústria do couro, hotelaria, plástico, meios de comunicação (1,95%), madeireira (1,95%), indústria de calçado, educação, gastronomia. (RUGGERI, 2011).

1990. O crescimento das redes de troca foi muito rápido, e em 2002, chegou a incorporar vários milhões de pessoas. (Magnani, 2003; Rebón, 2004)

¹⁸ O *piquetero* constitui-se na personificação social de homens e mulheres desempregados que resolveram se organizar e se manifestar nas estradas para enfrentar a crise, como forma de protesto diante a falta de emprego. Após os anos 1990, a medida de corte das estradas e dos caminhos converteu-se na forma dominante que os desempregados utilizaram para manifestar-se e assegurar a sua sobrevivência. Os bloqueios de estrada alcançaram um forte e imediato efeito na mídia, porque os desempregados não tinham da fábrica, como era a antigamente, por isso sua luta se torna pública. (Magnani, 2003; Rebón, 2004).

¹⁹ Constituído em março de 2002 como um programa de extensão universitário, combina atividades de pesquisa e o apoio à luta dos trabalhadores de empresas recuperadas. O programa realizou três levantamentos gerais sobre as ERTs na Argentina: o primeiro em 2002/2003, o segundo em 2004 e o último em 2010. O objetivo desses levantamentos foi estabelecer um panorama geral das empresas recuperadas, tentando precisar o alcance do fenômeno em termos quantitativos e qualitativos. Ver: www.recuperadasdoc.com.ar

A maior parte das ERTs está concentrada em Gran Buenos Aires (GBA) ²⁰ (37%), em segundo lugar na cidade de Buenos Aires (19%), e a seguir no interior de Buenos Aires (15%) e na província de Santa Fe (9,8%).

Antes da recuperação, várias das empresas atravessavam processos falimentares, estavam sob as cobranças de credores, ou haviam sido abandonadas por seus proprietários. Em geral, a crise de cada empresa foi precedida pela ruptura dos contratos de trabalho, traduzida em diminuições de salários e falta de contribuições previdenciárias.

Ante a possibilidade de perder os empregos, e com o intuito de manter a empresa funcionando e lutar por seus direitos, saindo da resignação e iniciando um processo de resistência, os trabalhadores utilizaram as seguintes medidas de força: ocupar as instalações para impedir, tanto a entrada da polícia ou do juiz quanto para evitar a retirada do maquinário (73,58%), acampar na frente da empresa ou nas ruas (30%), organizar passeatas e mobilizações chamando à comunidade, partidos políticos e movimentos sociais (15%). (RUGGERI, 2011).

Dessa forma, este caráter social de luta permite articular o repertório de ação coletiva (Tilly, 2002), e o ciclo de protestos (Tarrow, 1997- 2009), com a dimensão cultural e as formas de mobilização, como forma de rupturas culturais que fazem aflorar à superfície as contradições latentes. Nesta condição, o movimento de ERTs envolve a redefinição das relações entre capital-trabalho e põe em discussão a vigência irrestrita do direito de propriedade, proporcionando aos trabalhadores uma nova ferramenta de pressão e negociação frente aos empresários.

Diante das medidas de força utilizadas pelos trabalhadores, 50 % dos casos de ERTs sofreram algum tipo de repressão por parte do aparato estatal. Esse contexto de violência para com trabalhadores em luta, abriu a possibilidade de instalar seus conflitos na esfera pública, muitas vezes facilitada através dos meios de comunicação. O bairro,

²⁰ Gran Buenos Aires (GBA) é a denominação genérica utilizada para referir-se à Cidade Autônoma de Buenos Aires e cercanias na Província de Buenos Aires. O GBA é um dos polos industriais e econômicos mais importantes da Argentina.

as numerosas assembleias, movimentos de desocupados, vizinhos, organizações políticas e de direitos humanos, estudantes universitários, trabalhadores de outras recuperadas ajudaram e se solidarizaram com o conflito, tanto nas ocupações, quanto uma vez que as ERTs já estivessem recuperadas.

Isto se apresentou como um elemento chave para conseguir alimentos, e outros recursos, como prestar serviços que estavam bloqueados, como, luz, água e telefone. Dessa forma, se criaram fortes laços de solidariedade entre as recuperadas e a comunidade.

Depois de recuperada a empresa, a maioria das experiências de ERTs (95%) optaram por formar uma cooperativa de trabalho, da mesma forma que acontece no Brasil. A adoção da figura de cooperativa respondia, sobretudo, à necessidade de constituir um sujeito juridicamente responsável para realizar as transações econômicas e financeiras da empresa. Diversos autores apontam que a opção de constituir uma cooperativa não se deve a uma questão ideológica, e sim, ao contexto sociopolítico do país: políticas públicas implementadas pelos governos e o apoio dos movimentos sociais nessa direção. (FARJ, 2003; REBÓN, 2006; RUGGERI, 2005).

O contexto desfavorável a outras alternativas pode ser exemplificado por duas iniciativas fracassadas de estatização em 2001: a empresa Brukman (na cidade de Buenos Aires) e Zanón (na província de Neuquén) que, ante a negativa do governo, optaram pela formação de uma cooperativa.²¹

Note-se então, que o estado institucionaliza certas formas de acionamento para recuperar a empresa, neste caso a alternativa legal que permite recuperar a empresa é a formação de uma cooperativa, junto com a lei de expropriação e doação mediante o pagamento das indenizações aos trabalhadores. As outras opções são pouco conciliáveis

²¹ Ambas as experiências foram casos emblemáticos de ERTs. A “Fábrica Sin Patrón” (FAsinPat –ex Zanón) foi uma das primeiras ERTs em conseguir a expropriação temporária em 2009. Finalmente, em janeiro de 2014, depois de 12 anos de luta, os 450 trabalhadores conseguiram o título da propriedade da fábrica (Jornal: Pagina/12, 17/01/14, Buenos Aires Argentina). Para maior informação sobre a história das empresas Brukman e FasinPat ver: Henriques, 2013.

com as políticas do governo, por isso se mostram contrárias e, conseqüentemente, por este motivo as empresas sofrem continuas ameaças de desalojamento, denúncias, etc.

Podemos afirmar que a eleição do marco legal via cooperativa, implica certas vantagens para os trabalhadores: em primeiro lugar permite obter o controle da fábrica sem assumir as responsabilidades da empresa anterior (as dívidas e os problemas legais), em segundo lugar, operar em forma legal dentro do mercado e ser beneficiários de uma eventual expropriação por parte do Estado.

Com efeito, na argentina, a aprovação da lei de expropriação ²² permitiu a declaração da utilidade pública das unidades produtivas e autorizou os trabalhadores a utilizar, temporalmente, os estabelecimentos mediante a formação de uma cooperativa de trabalho. A combinação desta prática inaugurou um conflito tanto no âmbito econômico-político quanto jurídico. De fato, declarar a utilidade pública das empresas permite aos trabalhadores negociar um contrato de locação com o juiz a cargo da falência. (RUGGERI, 2011).

Nas experiências argentinas, se observa que 88% das ERTs realizam periodicamente assembleias, entre as quais 44% dos casos acontece semanalmente e em 35% mensalmente. (RUGGERI, 2011). Segundo a Lei Nacional de Cooperativa ²³, ela deve contar com no mínimo uma assembleia anual, que é o órgão superior e soberano da cooperativa. Durante as assembleias, se realiza as eleições dos coordenadores e se debate sobre questões relacionadas à cooperativa; determina-se um conselho administrativo, órgão composto por associados eleitos pela assembleia, cuja função é coordenar as operações administrativas.

A efetivação do modelo de gestão democrático é uma das inovações sociais que se apresentam nas ERTs, tanto da Argentina quanto do Brasil, pois está estritamente relacionado ao rompimento das relações empregado-empregador na sua essência, deslegitimando, dentro do empreendimento, o controle burocrático e a hierarquização do processo decisório, em suma: a estrutura de poder antigamente legítima.

²² A lei 238 promulgada em 1999. (RUGGERI et al. 2013).

²³ Lei N 20337, sancionada em 1973. (RUGGERI, 2011).

A possibilidade de quebrar as formas das antigas relações permite aos trabalhadores fazer e pensar diferente, se transformarem como sujeitos que descobrem as novas potencialidades dentro de si, tanto individualmente quanto coletivamente, onde o coletivo predomina sobre o individual e se decide coletivamente como construir relações que devem, dessa forma reconquistar espaços e reconstruir todo o aprendizado.

Cabe destacar que atualmente há, ainda, a inexistência de um marco normativo que reconheça esta forma coletiva de organizar o trabalho. E além do mais, continua a impossibilidade de acessar ao plano de saúde e seguro de desemprego. Segundo a legislação vigente, se um trabalhador não é um assalariado, ou seja, não possui uma relação de dependência estabelecida, ele é um trabalhador autônomo. Mas os trabalhadores das ERTs não são trabalhadores independentes que desenvolvem sua atividade de forma individual, pelo contrário, eles são autogestionados, ou seja, trabalham coletivamente e realizam suas atividades através do trabalho associativo.

Podemos afirmar, que da mesma forma que acontece nas experiências brasileiras, na maioria das ERTs Argentinas, os trabalhadores que optaram por sair da empresa pertencem ao setor administrativo ou são profissionais, pois são os que possuem maiores probabilidade de se inserir novamente no mercado de trabalho. Os trabalhadores que permanecem com o fim de recuperar a empresa são predominantemente o pessoal da produção e do chão de fábrica, que conhecem o funcionamento das máquinas e o processo produtivo. Ou seja, eles sabem produzir, mas este conhecimento existe de forma fragmentada dentro da fábrica, por isso é necessário a apropriação coletiva desse conhecimento. Este fator permite entender que os trabalhadores consigam colocar novamente em funcionamento a produção sem capital e sem capitalistas, e mostram uma das evidências fundamentais da potencialidade albergada no conhecimento obreiro permitindo resgatar o capital social.

No entanto, já com a empresa recuperada muitos trabalhadores decidem sair, devido, principalmente, aos problemas iniciais para começar a produção, pelos baixos ingressos (especialmente no primeiro período da recuperação), e também pelas dificuldades de adaptar-se à forma de gestão autogestionária. Também muitos dos trabalhadores estão

no limite para se aposentar, não obstante alguns aposentados continuam trabalhando (em 85% casos de ERTs há aposentados).

Diante da saída de alguns trabalhadores, e da necessidade de renovar o pessoal, a maioria das ERTs em Argentina e Brasil preferem colocar familiares, que conhecem todo o esforço e a luta que atravessaram os trabalhadores para conseguir colocar a empresa novamente em funcionamento. Inclusive, preferem incorporar os trabalhadores demitidos antes de recuperação que conhecem o funcionamento da fábrica, o processo produtivo, as funções e os colegas de trabalho. (GRACIA, 2012; HENRIQUES ET AL. 2013).

Vale destacar que uma das maiores inovações sociais das ERTs na Argentina é a equiparação das retiradas. Visto que durante o primeiro período da recuperação, o salário dos trabalhadores era quase nulo, percebe-se que se consolidam laços de solidariedade grupal mediante o estabelecimento de critérios igualitários para repartir o pouco que tinham. Pois bem, depois, quando as ERTs conseguem clientes e começam a sustentar a produção, a retirada de salário igualitário manteve-se em 56% das experiências, se diferenciando assim das experiências do Brasil, exceto pela experiência da recuperada CDM, situada na cidade de Brusque.

É importante mencionar que 78% das experiências possuem algum tipo de vínculo com as organizações sociais vinculadas as ERTs. Atualmente agrupam-se principalmente em dois movimentos: o MNER (Movimento Nacional de Empresas Recuperadas), dirigido por Eduardo Murúa e fundado em setembro de 2002, e o MNFR (Movimento de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores), com o advogado Luis Caro como principal representante.

Em geral, os dirigentes do MNER militam ativamente no Partido Justicialista²⁴ e buscam tecer alianças políticas para consolidar suas forças acedendo ao poder

²⁴ Também conhecido como Partido Peronista é o maior partido político argentino, fundado pelo general Juan Domingo Perón (1946-1955/1973-1974). Perón, durante seu primeiro mandato converteu a Confederação Geral do Trabalho (CGT), em uma organização popular e, sob a qual organizou a política social e as transformações econômicas de seu governo. A CGT é a central sindical histórica de Argentina, fundada em 1930 a partir de um acordo realizado entre socialistas, sindicalistas e independentes com a proposta de formar uma central sindical unitária e plural. Rapoport, 2008.

governamental. Note-se que muitos tentaram, em alguns casos com êxito, inserir-se no sistema político pela via eleitoral, com a finalidade de ganhar espaços institucionais para consolidar os processos de luta das ERTs, porque vêm nessas experiências a base para alcançar uma transformação política- econômica no país.

No início de 2005 o MNER sofreu uma divisão interna da qual surgiu o MNFR, constituído recentemente como organização não governamental (ONG). Esta ruptura em dois movimentos originou-se, principalmente, pelas divergências entre ambos: desde o MNFR se avalia que é possível recuperar as empresas pela via pacífica e legal enquanto o MNER considera que a via da ocupação é a resistência, e estabelece um discurso combativo em relação ao governo (RUGGERI, 2005).

Em dezembro 2006, após a ruptura do MNER, José Abelli, ex-líder sindical, fundará a Federação Argentina de Cooperativas de Trabalhadores Autogestionados (FACTA), cuja base mais forte encontra-se nas experiências tanto de cooperativas quanto de ERTs situadas no interior do país. O objetivo da FACTA é unir empreendimentos sociais, cooperativas de trabalho, ERTs e formar um movimento amplo de ES.

Além dessa, fundaram-se outras duas federações: a FERCOOTRA (Federação de Empresas Recuperadas e Cooperativas de Trabalho) que reúne a muitas das ERTs que se organizaram junto com a UOM Quilmes e a FENCOOPER (Federação Nacional de Cooperativas de Trabalho e Empresas Reconvertidas). (GRACIA, 2012).

A FENCCOOTER está vinculada com o governo, e conta com grande acesso a outros organismos públicos para assessorar as ERTs em diversos temas. No entanto, seus métodos de luta e mecanismo de pressão são limitados, pois o vínculo com o Estado obriga à Federação agir dentro dos limites legais estabelecidos que não contempla, ainda, as novas formas de expressão social características das ERTs.

Com relação aos sindicatos, podemos mencionar que na Argentina, da mesma forma que no Brasil, eles têm tomado diversas posturas frente às ERTs. Por um lado, houve setores sindicais que apoiaram os trabalhadores desde o início das recuperações, e por outro lado, outros buscaram solucionar os conflitos mediante medidas conciliatórias, surgidas das estratégias de negociação sindical tradicional. Também houve sindicatos

que atuaram em cumplicidade com os empresários e optaram por tentar expulsar aos trabalhadores que resistiam ao esvaziamento da empresa. (RUGGERI, 2011).

Um avanço no vínculo entre as ERTs e o sindicato foi a fundação, em 2003 da Associação Nacional de Trabalhadores Autogestionados (ANTA/CTA) formada por sindicalistas ligados a CTA. A ANTA constitui-se como uma entidade sindical, dessa forma os trabalhadores das cooperativas de trabalho ou de ERTs recebem a possibilidade de filiar-se à CTA, o que permite aos trabalhadores dispor de programas de capacitação e convênios de estudos com diversas universidades públicas argentinas, entre outros benefícios.

Os trabalhadores também buscaram suporte em outras experiências de empresas recuperadas e organizações sociais formando redes solidárias. Um exemplo disso é a Rede Gráfica Cooperativa, fundada em 2007, reunindo, em princípio, 7 gráficas recuperadas. Hoje em dia está formada por 15 gráficas incluindo cooperativas e empresas recuperadas.²⁵ A partir da rede, as cooperativas se organizam para realizar compras de insumos e matérias-primas em maior quantidade, adquirir diversos serviços, como comercializar e produzir de forma conjunta, obtendo, dessa forma, preços mais baixos e aumentando assim sua capacidade produtiva. Além disso, a rede possui caráter político, em nível setorial, apóia a recuperação de empresas gráficas tanto nas situações de conflito quanto transmitindo sua experiência de gestão às novas empresas recuperadas. (HENRIQUES, 2013).

No que diz respeito aos elementos sociais, segundo o levantamento, 57% das ERTs afirmaram que realizam algum tipo de atividade solidária e cultural, por exemplo: atividades educativas, doações, colaborações em organizações do bairro e escolas, serviços sociais, difusão e recopilação de experiências de ERTs, colaboração técnica, econômica e política com outras ERTs.

²⁵ A Rede Gráfica, esta constituída pelas seguintes cooperativas: Cooperativa El Sol, Cooperativa Artes gráficas Chilavert, Cooperativa Campichuelo, Cooperativa Gogtal, Cooperativa Patricios, Cooperativa Ferrograf, Cooperativa Gráficos Asociados Ltda., Cooperativa Idealgrafif, Cooperativa La Nueva Unión, Cooperativa Punto Gráfico, Cooperativa Envases Flexibles Mataderos, Cooperativa Grafica Loria, Cooperativa Impresiones Barracas, Cooperativa Montes de Oca e a Cooperativa Visión 7. Ver: www.redgraficacoop.com.ar.

Muitas das ERTs abrem centros culturais frente às demandas e necessidades dos vizinhos do bairro que oferecem diversas atividades para a comunidade, tais como: aulas de teatro, dança, aulas de música, assim como também apresentações de peças de teatro e shows de música. Estas estratégias resultam em inovação, pois se desvanecem os limites entre o bairro e a fábrica, entre o privado e público. Se conquista o espaço e se transforma para juntar a cultura e o trabalho, dessa forma a fábrica se converte em um novo espaço social comunitário, um lugar para viver e desfrutar.

Também algumas ERTs cedem parte das instalações da cooperativa para organizar rádios, escolas para jovens e adultos ²⁶ (apoio escolar, creche, escola de nível básico e fundamental) e inclusive permitem que os estudantes realizem os estágios de suas respectivas formações. Dessa forma, a reabertura da fábrica com a formação das cooperativas adquire uma nova função sócio-educativa organizada e com uma visibilidade pública, que transcende aos trabalhadores em particular, envolvendo, também outros sujeitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A partir do analisado anteriormente percebemos uma continuidade e similaridade (falta de pagamento de salários, decisão de toma da empresa, recuperação sob o controle dos trabalhadores) nos processos das ERTs nos dois países analisados. Assim, estas novas estratégia coloca os trabalhadores frente à uma nova realidade: devem tomar decisões, dividir, reinventar, se organizar, debater sobre o controle operário e compartilhar experiências. A autogestão apresenta-se como um desafio permanente e um aprendizado cotidiano, que abre para os trabalhadores um novo mundo de ação (nas assembleias, nas discussões, no trabalho coletivo, nas mobilizações) no qual eles percebem suas próprias capacidades de agir e inovar (como produtores de riqueza), como também aprendem com as relações sociais que desenvolvem.

²⁶ Surgem a partir de 2002 pela iniciativa de movimentos sociais vinculados a organizações de desempregados, cooperativas e ERTs. As escolas criticam ao sistema educativo atual e propõe a apropriação do conhecimento como ferramenta de transformação política dentro do sistema educativo. (FARJ E REBON, 2004).

Embora que o horizonte que se apresenta aos trabalhadores seja incerto, observa-se que eles, ao longo de todo o processo de luta, conseguiram recuperar seus trabalhos, a unidade produtiva e, sobretudo, manter a união em organizações maiores, encontrando novas alianças e redes dinâmicas. São os próprios trabalhadores que iniciam a organização em movimentos e organismos sociais, o que aumenta o poder para fortalecer os movimentos. A ideia de novo sujeito político se coloca em cada movimento. A politização supõe um sujeito ativo responsável da redefinição de seu lugar na sociedade e de seu próprio dever, que pugna por ampliar o âmbito político institucionalizado, questionando as fronteiras instituídas da política, do social e do econômico.

No entanto, diante o novo cenário, este “sujeito de direitos”, deve explorar toda sua criatividade a fim de enfrentar os novos desafios e novas tarefas que se apresentam no dia a dia. Ele precisa aprender a realizar outras funções no interior da unidade produtiva, e ao mesmo tempo, deve continuar produzindo para colocar os produtos no mercado e subordinar-se ao jogo das oscilações do mercado.

Podemos afirmar, que diante os novos desafios que se apresentam, os trabalhadores ganham, além de uma nova subjetividade, um novo olhar que amplia seus horizontes, tendo como pilar os novos saberes e poderes adquiridos. Surgem assim interesses e projetos inéditos, os quais vão muito além da mera subsistência, por exemplo, a abertura da fábrica à comunidade, como um espaço de visita e de troca de experiência. Isto faz possíveis intercâmbios que eram impensáveis na conjuntura prévia à recuperação, pois as empresas eram âmbitos fechados e privados.

Esta inovação traz, porém, além de uma aprendizagem, a visibilidade dos trabalhadores, uma quebra do isolamento. Pois, na época em que era apenas um trabalhador assalariado, sua preocupação central era realizar sua função, e garantir sua própria existência e de sua família. Todavia, com a iniciativa de recuperar a empresa, este trabalhador precisa encarar e assumir novas responsabilidades.

Embora a existência de certas políticas públicas de incentivo a formação de ERTs implementadas e o surgimento de iniciativas de programas governamentais de Brasil e

Argentina, ainda existe uma ausência de um marco jurídico adequado, porque são evidentes as contradições e ambiguidades que decorrem do próprio desenvolvimento das políticas implementadas.

Cabe primeiramente, apontar que no Brasil, a pesquisa indica que as políticas de incentivo e fomento à ES são realizadas mediante a formação das cooperativas, que emergem enquanto políticas públicas para geração de trabalho e renda, como única vertente. Porém a proposta da ES desde o governo, não discute a hegemonia capitalista, pois, a nosso ver, se trata de políticas que se construíram e se apoiam em um discurso que postula a ES apenas como um instrumento para enfrentar a lógica capitalista. De fato, foi a partir das demandas do próprio segmento da ES que o governo federal assumiu o desafio de implementar políticas em prol de seu desenvolvimento.

Entretanto, no caso da Argentina, são ainda muito baixos os recursos destinados a políticas em geral para a ES e em particular para as ERTs. No entanto, podemos mencionar alguns avanços relevantes realizados em termos legais, a través da lei de apropriação temporária, assim com também com a lei de quebra, mas, ainda ambas precisam de alguns ajustes. Convém salientar, que os entraves das ERTs, na Argentina, têm sido abordadas, basicamente, pelos Ministérios do Trabalho e Desenvolvimento Social, ou seja, não se concebe as ERTs como um fenômeno de caráter econômico, pois o Ministério da Economia se mantém completamente afastado destas temáticas.

Contudo, o movimento das ERTs faz parte da realidade Brasileira e Argentina atual. Embora as experiências tenham surgido após a crise dos anos 90 como uma ferramenta para atender a uma situação conjuntural (a crise ocorrida no início da presente década), ele se constituiu, ao longo dos anos, em uma estratégia de luta dos trabalhadores e dos outros atores sociais envolvidos.

Conforme o que foi elucidado ao longo do artigo, se tornam necessárias políticas acordadas às necessidades atuais das experiências de ERTs, pois consideramos que existe um potencial ²⁷ de construção político-social-econômica nas experiências de

²⁷ Por potencialidade entendemos aquilo que é possível, e ainda incipiente, ao mesmo também se refere ao poder e à força que requer para sua construção.

ERTs e seu contínuo desenvolvimento, depende, principalmente da articulação entre os empreendimentos e com outros atores sociais. Por isso, acreditamos que o esforço de se continuar arriscando no futuro e no desenvolvimento das ERTs é merecido.

REFERÊNCIAS

AZPIAZU, D; BASUALDO, E; SCHORR, M. **La reestructuración y redimensionamiento de la producción industrial argentina durante las últimas décadas**. Buenos Aires: SUTNA, FETIA e CTI, 2000.

AZPIAZU, Daniel et al. **IMPARNABLES: Resistencia y lucha en una empresa recuperada por sus trabajadores**. Buenos Aires: La Autora, 2009.

BASUALDO, Eduardo. **Sistema político y modelo de acumulación en la Argentina**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2001.

DAGNINO, Renato. **Gestão pública e Sociedade. Fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária**. Vol.1 São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012.

DÁVOLOS, Patricia; PERELMAN, Laura. **Empresas recuperadas y trayectoria sindical: la experiencia de la UOM de Quilmes**. In: Fábricas y empresas recuperadas. Protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad, ed. Gabriel Fajn, Buenos Aires, Centro Cultural de la Cooperación, 2003.

ECHAIDE, Javier. **Sobre lo político y lo jurídico: la batalla legal de las empresas recuperadas**. In: Revista del Instituto de la Cooperación. Idelcoop. Año 34, Nº 176, p. 82-102, Mar-Abr.2007.

FAJN, Gabriel; REBON, Julián. **El taller ¿sin cronómetro? Apuntes acerca de las empresas recuperadas**. Revista Herramienta. Nº28, 2004. Disponível em: <www.herramienta.com.ar>. Acesso em: s/d

GRACIA, María Amalia. **Fábricas de Resistencia y Recuperación Social, Experiencias de autogestión del trabajo y la producción en Argentina**. D.F, México: El Colegio de México, 2011.

GRAMSCI, Antonio; BORDIGA, Amadeo Bordiga. **Conselhos de fábrica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HABERMAS, Jurgen. **La Lógica de las ciencias sociales**. Madrid: Tecno, 1998.

HENRIQUES, Flavio. **Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina**. Teses de doutorado del Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano y Regional de lá Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

HENRIQUES, Flavio. et al. **Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora MultiFoco, 2013

HINTZE, Susana. **La Política es un arma cargada de futuro**. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad CICCUC, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CIACSO, 2010.

MARQUEZ, Paulo Lisandro Amaral. **Trabalho Emancipado. Empresas recuperadas pelos trabalhadores: a experiência autogestionária dos metalúrgicos gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl. **O capital**. Vol. III, Cap. XXVII. Rio de Janeiro: Civilização, 1968.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MC, Adam; TARROW, S.; TILLY, C. **Para mapear o confronto político**. *Lua Nova*, São Paulo, 2009.

ODA, N. T. **Sindicato e cooperativismo: os Metalúrgicos do ABC e a Unisol cooperativas**. In: SINGER, Paul I., SOUZA, André R. (Org.). *Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

PAULUCCI, M. Alejandra. **O Internacionalismo e as Fábricas Recuperadas**. Dissertação do Mestrado. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

POCHMANN, Márcio. **Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil**. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (org.). *Economia e Trabalho: textos básicos*. Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998.

RAPOPORT, Mario. **Historia económica, política y social en la Argentina: 1880-2003**. Buenos Aires: Emecé, 2008.

REBON, Julián. **Desobedeciendo al desempleo. La experiencia de las empresas recuperadas.** Buenos Aires: Ediciones Picaso – La Rosa Blindada, 2004.

REBÓN, Julián. **Trabajando sin patrón. Las empresas recuperadas y la producción.** Buenos Aires: Instituto de Investigación Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2005.

RUGGERI, Andrés. **Las empresas recuperadas en La Argentina:** informe del segundo relevamiento del Programa. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras. SEUBE. Universidad de Buenos Aires, 2005.

RUGGERI, Andrés. **Las empresas recuperadas en La Argentina. Informe del Segundo Relevamiento.** Facultades de Filosofía y Letras. SEUBE. Universidad de Buenos Aires, 2007.

RUGGERI, Andrés (org.). **Las empresas recuperadas:** autogestión obrera en Argentina y América Latina. Buenos Aires: Editorial de La Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2009.

RUGGERI, Andrés (org.). **Las Empresas Recuperadas en La Argentina: Informe del tercer relevamiento de empresas recuperadas por sus trabajadores.** Buenos Aires: Ediciones de la Cooperativa Chilavert, 2011.

SARDA de FARIA, Mauricio. “... Se a coisa é por aí, que autogestão é essa ...?” **Um estudo da experiência autogestionária dos trabalhadores da Makerli Calçados.** Dissertação de Mestrado em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

SARDA de FARIA, Mauricio. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital.** Tese de doutorado, Programa de pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2005.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo.** Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul. **Economia Solidária: um modo de produção e distribuição.** In: Singer, Paul e Souza, André Ricardo. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

TARROW, Sydney. **El poder en movimiento. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política.** Madrid: Alianza Editorial, 1997.

TARROW, S. **O poder em movimento.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TARROW, Sydney. **Ciclos de acción colectiva: entre los momentos de locura y el repertorio de contestación.** En Protesta social. Repertorios y ciclos de acción colectiva, ed. Mark Traugott, p. 70-110. Barcelona: Hacer Editorial, 2002.

TAUILE, José Ricardo et al. **Empreendimentos Autogestionários Provenientes de Massa Falida.** Brasília: MTE/ IPEA/ANPEC/SENAES, 2005.

TILLY, Charles. **Confianza y gobierno.** Buenos Aires: Amorrortu, 2010.

RESUMO

A década de 1990 se caracterizou por importantes mudanças na vida social, política e econômica na maioria dos países de América Latina. A adoção de medidas de inspiração neoliberal resultou em graves transformações na indústria, levando a um retrocesso das conquistas trabalhistas e ao aumento dos índices de desemprego. Essas mudanças impulsionaram o surgimento de diversos movimentos sociais, com diferentes reivindicações. É dentro deste contexto que se situa o surgimento das empresas recuperadas pelos trabalhadores (ERTs), que se encontram inseridas também no ressurgimento do cooperativismo no âmbito global.

O seguinte artigo busca resgatar as características do movimento de ERTs em Brasil e Argentina. A ênfase será colocada nas estratégias sociais adotadas pelos trabalhadores no cotidiano dos processos de recuperação a fim de sustentar as conquistas e direitos adquiridos. Este processo implica a realização de alianças e parcerias com diferentes atores sociais, tais como os dirigentes sindicais e políticos; organizações sociais; comunidade; com o objetivo de que as empresas recuperadas sobrevivam e alcancem sustentabilidade e legitimidade, levando em conta que estão inseridas num contexto adverso.

PALAVRAS CHAVE: Empresas recuperadas pelos trabalhadores. Movimentos sociais. Cooperativismo.

ABSTRACT

The 1990s were characterized by important changes in the social, political and economic life in most of the countries of Latin America. The adoption of measures with a neoliberal inspiration, among which we may highlight the opening of the domestic markets to international capital, resulted in big transformations in the field of industry, leading to regression in the labor achievements and to the increase of unemployment rates. These changes promoted the emergence of many different social movements, with diverse claims. It is in this context that we may situate the development of the companies recovered by workers (CRWs), that are also inserted in the resurgence of cooperativeness at a global scale.

This article intends to recover the struggle of these workers, based in different experiences of CRWs in Brazil. We shall emphasize the social strategies implemented by the workers, aiming to sustain their achievement and rights, in the daily life of these recovering processes. These processes imply the establishment of alliances and partnerships with different social actors, such as political and syndical directors; social organizations; communities; and researchers. Their main goal is enhancing the survival, sustainability and legitimacy of the recovered companies, considering that these are inserted in an adverse context.

KEY WORDS: Companies recovered by workers. Cooperativeness. Social Movements.

Recebido em: 15 de setembro de 2012

Aceito para publicação em: 18 de março de 2014